

A CONTRIBUIÇÃO DA TERMINOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS COMO OS TESAuros

DÓRIS FRAGA VARGAS*
REGINA HELENA VAN DER LAAN**

RESUMO

Revisão de literatura sobre a contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias alfabéticas. Aborda a representação e recuperação da Informação, discorrendo sobre linguagens documentárias e, mais especificamente, sobre os tesauros. Explicita que tesauros são linguagens documentárias geralmente de um domínio específico do conhecimento, organizado de acordo com a rede conceitual da área específica. Ressalta a importância da terminologia na elaboração dos tesauros e sua atualização. Conclui que uma linguagem documentária do tipo de tesauros possibilita uma representação da informação mais adequada e compatível com a linguagem dos usuários, permitindo uma recuperação de informação com mais precisão e pertinência.

PALAVRAS-CHAVE: Tesouro. Terminologia. Representação da informação. Linguagens documentárias.

ABSTRACT

This paper presents an overview on the contribution of terminology in the construction of alphabetical documentary language. Aimed at the information representation and retrieval, the study is focused on thesaurus as a documentary language. Thesauruses are seen as documentary languages generally about a specific knowledge domain, organized according to the conceptual net of a specific area. The importance of terminology on the thesaurus elaboration and its updating is highlighted. In conclusion, a thesaurus is shown to allow the information description more appropriate and consistent with the user's language, allowing a more accurate and relevant information retrieval.

KEYWORDS: Thesaurus. Terminology. Information representation. Documentary languages.

* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora substituta do curso de Biblioteconomia da FURG.

** Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora adjunta do curso de Biblioteconomia da UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

A principal função de um serviço de informação (SI) é possibilitar o acesso aos estoques informacionais de forma ágil e precisa. Isso requer que a organização das informações seja norteada por parâmetros bem definidos, como a determinação de uma política de indexação (PI) elaborada de acordo com os objetivos institucionais e o perfil dos usuários. A seleção de uma linguagem documentária (LD), especificamente a alfabética, deveria ter como critério principal o fato de esta representar a linguagem dos usuários, ou, dito de outra forma, os termos do acervo linguístico do usuário. Isso significa que a LD, seja um tesouro ou uma listagem de cabeçalhos de assunto, deveria ser elaborada em interface com a terminologia. Salienta-se ainda que, nesse processo, interfere também o domínio que o bibliotecário indexador tem da área de especialidade, sua experiência profissional e sua subjetividade.

Com o objetivo de minimizar essa problemática são elaborados instrumentos como as políticas de indexação, os manuais de procedimentos, as rotinas e LDs. Destacam-se, no caso das LDs, os tesouros, que pela sua estrutura possibilitam a compreensão da organização conceitual de um domínio específico.

O presente trabalho constitui-se de uma revisão de literatura sobre representação e recuperação da informação, para em seguida apresentar considerações sobre linguagens documentárias, tesouros e terminologia, enfatizando a interdisciplinaridade entre os temas.

2 REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para Cintra et al. (2002), a informação está diretamente ligada ao conhecimento e ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber, e, portanto, cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade. Segundo as autoras, o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade traz como consequência a acumulação de uma massa enorme de informações, cujos registros geram documentos, que precisam ser tratados adequadamente para que, além de sua divulgação, haja também a possibilidade de se criar novos conhecimentos, cumprindo-se assim o ciclo natural da ciência.

Os profissionais da informação exercem um papel fundamental nesse contexto, pois são responsáveis pela triagem, organização e conservação da informação, além de ser de seu domínio a viabilização de seu acesso (CINTRA et al., 2002).

Baptista (2007) afirma que a representação é um processo

inerente à natureza humana, tornando-se também um processo social em suas características. De acordo com a autora, o ser humano necessita pensar, conhecer, registrar e comunicar, sendo que a atividade de registrar permite que haja concretização/fixação do conhecimento em determinado suporte, e também que ocorra a comunicação e compartilhamento de ideias, processos também inerentes à natureza humana.

No processo de representação da informação há uma série de fatores envolvidos. Van der Laan (2002) enumera alguns desses fatores ao discorrer sobre o processo de indexação: o conhecimento da área temática por parte do indexador e sua experiência profissional, a política de indexação adotada no sistema de recuperação da informação (SRI), os recursos disponíveis para as estratégias de busca e a linguagem de indexação utilizada.

Inerente à representação da informação está a recuperação da informação, definida por Jesus (2002) como o processo de localizar documentos e itens de informação.

Para Van der Laan (2002), o desenvolvimento da tecnologia possibilitou a informatização dos catálogos e sua posterior disponibilização em redes de acesso remoto, o que fez surgir um novo modelo de acesso às informações: o acesso direto por parte dos usuários, sem um intermediário. A autora afirma que esse contexto aumenta a preocupação em torno da representação temática, pois nem sempre a linguagem utilizada pelo usuário coincide com aquela adotada pelo SRI. A autora acrescenta:

A diferença entre a linguagem utilizada pelo sistema e a utilizada pelo usuário, ao buscar informações, pode ter como resposta um alto índice de revocação¹ com um baixo índice de precisão, sendo recuperados documentos não pertinentes aos interesses do pesquisador, gerando excesso de ruído. Ou então, ao contrário, documentos importantes não são recuperados, resultando no que se denomina de silêncio do SRI (VAN DER LAAN, 2002, p. 16).

A relação entre quem busca uma informação e o SRI é um processo duplamente codificado (VAN DER LAAN, 2002), pois, além da codificação utilizada pelo bibliotecário no processo de indexação, existe aquela utilizada pelo usuário, que lança mão de seu código linguístico e de seu conhecimento da área para formular a questão de busca. Nesse momento é importante que haja compatibilidade entre as codificações. Como nem

¹ Definida por Guinchat e Menou (1994, p. 325) como a “proporção de documentos pertinentes recuperados em relação ao total de documentos pertinentes existentes no sistema”.

sempre isso ocorre, é fundamental que o SRI tenha uma rede de remissivas eficiente, o que possibilitará uma comunicação adequada entre os agentes desse processo. Jesus (2002, p. 14) complementa: “Em sistemas de recuperação da informação é necessário o controle da terminologia para garantir a relação entre perguntas e respostas”. Nesse sentido, conforme será visto mais adiante, o uso da terminologia pode ser de grande auxílio para a construção de linguagens documentárias alfabéticas, trazendo mais padronização e coerência a esses instrumentos tão importantes para a representação da informação.

2.1 O processo de representação da informação

A representação da informação visa à construção de pontos de acesso² para recuperação de informações existentes em um sistema de informações. Os pontos de acesso mais comuns e solicitados pelos usuários são título, autor e assunto, embora se possam incluir outras possibilidades, como editora, ano de publicação, entre outros, conforme a necessidade verificada em cada sistema de informação.

Há duas etapas que fazem parte do processo de representação da informação e que são igualmente importantes: a representação descritiva e a representação temática.

A representação descritiva ou catalogação refere-se à descrição física do documento como suporte, trazendo informações como número de páginas, dimensões (se esse dado for relevante), localização no acervo (através do número de chamada), além de pontos de acesso como autor, título e assunto geral. Para tanto, é necessário que seja feita uma leitura técnica do documento, ou seja, a análise do item, visando ao levantamento de informações necessárias à sua representação. O instrumento mais utilizado para representação descritiva é o Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA₂).

Já a representação temática ou indexação foca o conteúdo, a informação constante no documento, sem levar em conta seu suporte. Para Van der Laan (2002, p. 19), indexação é o “processo de determinação de assuntos de um documento e a sua posterior tradução para uma linguagem de indexação”.

Conforme a NBR 12676 – Métodos para análise de documentos – (ABNT, 1992), indexação é “o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”. De acordo com essa norma,

² Informações por meio das quais os usuários podem acessar a representação de um item no catálogo.

as principais etapas do processo de indexação são: o exame do documento, o estabelecimento do assunto de seu conteúdo, a identificação dos conceitos³ presentes no assunto e a tradução desses conceitos para termos de uma linguagem de indexação.

Essas etapas também fazem parte da análise temática, que, de acordo com Van der Laan (2002), é a operação que permeia todo o processo de representação e recuperação de informações, sendo a grande responsável pela qualidade do sistema de recuperação da informação.

3 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS OU LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO

Ferramentas essenciais para a representação documentária, as linguagens documentárias (LDs) são aliadas dos profissionais da informação para que se atinja o objetivo maior em uma unidade de informação: satisfazer as necessidades informacionais dos usuários.

Para Cintra et al. (2002), as linguagens documentárias correspondem a sistemas de símbolos destinados a “traduzir” os conteúdos dos documentos. As LDs são linguagens construídas que podem representar, de maneira sintética, as informações contidas nos textos, tornando possível a comunicação entre usuário e sistema.

Já Dodebei (2002, p. 56) conceitua linguagens documentárias como “linguagens de comunicação entre a informação documentária e o usuário que dela necessita”. A autora enumera três funções principais das linguagens documentárias:

a) organizar o campo conceitual da representação documentária, constituindo-se em referência para que se estabeleçam as articulações necessárias ao engendramento de significados (LARA4 apud DODEBEI, 2002);

b) servir de instrumento para a distribuição útil dos livros ou documentos fisicamente, função cumprida pelos sistemas de classificação bibliográfica como a CDD e a CDU, em que os documentos são agrupados por classes de assuntos;

c) controlar as dispersões léxicas, sintáticas e simbólicas no processo de análise documentária, função cumprida pelos tesouros e listas de cabeçalhos de assuntos, que orientam a organização intelectual das áreas do conhecimento, complementando a função dos sistemas de

³ Conceito é definido na NBR 12676 (ABNT, 1992) como qualquer unidade de pensamento, podendo ter seu conteúdo semântico reexpresso pela combinação de outros conceitos.

⁴ LARA, Marilda Lopes Ginez de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 223-226, set.-dez. 1993.

classificação, que orientam a organização espacial dos documentos.

Lara (2004) afirma que, para que uma linguagem documentária desempenhe um papel de instrumento de comunicação, ela deve possuir algumas características, a saber: funcionar como um código inteligível e fonte para interpretação de sentido; caracterizar-se como uma metalinguagem e levar em conta o usuário como integrante de todo o processo.

As LDs são divididas em dois grupos: as codificadas ou numéricas e as alfabéticas. Entre os sistemas numéricos mais conhecidos estão os sistemas de classificação bibliográfica como a CDD (Classificação Decimal de Dewey) e a CDU (Classificação Decimal Universal), que são de natureza mais abrangente, visando a cobrir todo o espectro de conhecimento.

Entre as linguagens alfabéticas de indexação, temos as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros. Segundo Dodebei (2002, p. 58), as listas de cabeçalhos de assunto podem ser definidas como

linguagens documentárias que organizam uma rede de relações temáticas (modelo da enciclopédia), de caráter conceitual pré-coordenado, uma vez que refletem não os conceitos principais de um domínio do conhecimento, mas os assuntos estruturados no sistema de classificação bibliográfica utilizado como representação do item bibliográfico.

Conforme a autora, a maioria das listas de cabeçalhos de assuntos reflete a experiência particular do sistema de informação para o qual foram construídas, tornando-se ineficientes quando transpostas a outros sistemas.

Conforme Campos (2001), os tesouros apresentam-se, na maioria das vezes, sob duas formas: a alfabética e a sistemática, sendo que a forma sistemática evidencia a estrutura de conceitos (elementos de significação) e possibilita que o usuário compreenda as relações existentes entre os conceitos de uma dada área do conhecimento.

Tristão, Fachin e Alarcon (2004) estabelecem, entre outras, uma diferença fundamental entre os tesouros e os sistemas de classificação: os planos de trabalho. Os tesouros têm dois planos de trabalho: o plano das ideias e o plano verbal, em que os conceitos são ordenados para permitir uma recuperação eficaz. Já os sistemas de classificação apresentam três planos de trabalho: além do plano das ideias e do plano verbal, possuem também o plano notacional, através do qual os documentos são armazenados e podem também ser recuperados de forma eficaz. Outra diferença diz respeito à área de abrangência: enquanto a maioria dos sistemas de classificação abarca ou pretende

abarcam todas as áreas de conhecimento, os tesouros são desenvolvidos de forma específica, pois, conforme o campo de conhecimento, mudam as características e as relações entre os conceitos.

Alguns autores estabelecem uma tipologia para as linguagens documentárias, levando em conta sua coordenação. Conforme Currás (1995), as linguagens de indexação podem ser pré ou pós-coordenadas, de acordo com as necessidades do sistema de informação onde são utilizadas. Porém, essa classificação, oriunda dos cabeçalhos de assuntos e das linguagens codificadas, deve ser atribuída à indexação e não às linguagens documentárias. “Isso, na realidade, refere-se ao processo e não ao instrumento de indexação, ou seja, pertence ao âmbito da política de indexação” (VAN DER LAAN, 2002, p. 49).

Sob essa ótica, pode-se definir indexação pré-coordenada como o processo no qual os termos de indexação são combinados e coordenados entre si no momento da indexação. Já na indexação pós-coordenada, os termos de indexação são coordenados no momento da pesquisa.

Atualmente, tendendo os SRI cada vez mais à informatização, a indexação pós-coordenada ocupa lugar de destaque, pois permite que o usuário combine estratégias de busca de acordo com suas necessidades informacionais, trazendo mais flexibilidade e agilidade.

Além de proporcionar um controle terminológico, as linguagens documentárias tornam possível o compartilhamento de informações por diferentes sistemas de informação, que podem trabalhar de modo cooperativo e mais uniforme.

4 TESAUROS

De acordo com Campos (2001), a palavra *thesaurus* é de origem latina e significa “tesouro”, tendo sido utilizada no sentido de “tesouro de palavras”. Um tesouro é um instrumento que reúne conceitos de uma determinada área do conhecimento relacionados entre si.

Currás (1995, p. 88), após apresentar uma série de definições de tesouro através dos tempos, finaliza sua lista com a definição que considera mais apropriada para os dias de hoje:

Tesouro é uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos lingüísticos que o compõem – termos, simples ou compostos – encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente.

Para a autora, há uma série de condições a serem cumpridas por um tesouro, como por exemplo:

- a) deve ser uma linguagem especializada;
 - b) deve permitir a introdução ou supressão de termos para manter sua atualidade;
 - c) deve servir de conversor da linguagem natural dos documentos, ambígua e livre, para uma linguagem concreta, normalizada e apta a controlar a informação contida nos documentos;
 - d) deve servir de ligação entre os documentos e os usuários, sendo que o profissional da informação é o elo fundamental neste contexto.
- De acordo com Jesus (2002, p. 16),

O objetivo principal do tesauro é dar assistência ao usuário (pesquisador ou indexador), de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura, ou seja, com a ajuda do tesauro, o usuário no momento da busca poderá identificar termos alternativos, o que permitirá descrever a informação contida no documento de forma mais adequada.

Para Souto (2003), o uso de um tesauro em um sistema de informação contribui muito para a diminuição da inconsistência na recuperação da informação em uma base de dados. O autor acrescenta que, ao fazer uma pesquisa pelo termo não aceito, o pesquisador, ao utilizar um tesauro, além de ter maiores chances de encontrar um documento, poderá visualizar outras formas de pesquisa. Além disso, a estrutura hierárquica do tesauro facilita a compreensão do assunto e de seu contexto, além de esclarecer sobre os relacionamentos entre os conceitos e termos dentro de uma área do conhecimento.

Porém, é necessário ter sempre em mente que, por mais eficiente que seja um instrumento de indexação, ele deve ser sempre monitorado com vistas a sua atualização, conforme ressalta Kobashi (2007, p. 3):

É preciso reconhecer, no entanto, que as linguagens documentárias, embora úteis, são imperfeitas. Sua atualização permanente é sempre um desafio. É necessário, desse modo, encontrar formas de atualização e adaptação que sigam mais de perto a velocidade e a dinâmica da criação terminológica para que, de fato, seja garantida a sua função comunicacional.

Cintra et al. (2002) também enfatizam sobre a necessidade de atualização de linguagens documentárias mais desenvolvidas como os tesouros, mediante a supressão de termos em desuso, o reagrupamento de palavras pouco utilizadas e adição de termos novos. Assim, será possível que essas linguagens se mantenham como instrumentos dinâmicos, que acompanham os avanços do conhecimento e as mudanças de significado de termos já existentes em uma determinada área.

4.1 O termo: componente fundamental de um tesouro

De acordo com Currás (1995), os componentes fundamentais dos tesouros são os termos. Conforme a NBR 12676 (ABNT, 1992), termo de indexação é aquele que representa um conceito, podendo ser um símbolo de classificação ou um termo derivado da linguagem natural, de preferência um nome ou locução nominal. Já termo preferido é definido como um termo utilizado consistentemente para representar um conceito no processo de indexação, sendo também conhecido como descritor ou termo principal (CURRÁS, 1995).

Termo não-preferido, não-descritor, secundário ou equivalente é definido como aquele termo que não é atribuído aos documentos, mas é utilizado como remissiva para instruir o usuário na procura do termo preferido (ABNT, 1992).

4.2 Sistema nocional e relações entre conceitos e entre termos

Todo e qualquer campo de conhecimento possui um conjunto de noções, o chamado sistema nocional, definido como “um conjunto estruturado de noções que reflete as relações estabelecidas entre as noções que o compõem e no qual cada noção é determinada pela sua posição no sistema” (ISO 1087⁵, apud CINTRA et al., 2002, p. 50).

De acordo com Kobashi (2007), é o sistema nocional (ou campo conceitual) que vai determinar as relações entre os termos e conceitos. Para a autora, é necessário explicitar as relações conceituais existentes em um domínio, para, em seguida, propor as possibilidades de denominação dos conceitos em um SRI.

A importância de um sistema nocional é inquestionável e sua ausência acarreta a impossibilidade de dar prosseguimento à esquematização de uma área de conhecimento devido à falta de compreensão do significado dos conceitos e, por conseguinte, das suas possibilidades de relacionamento. Obviamente, a utilização de qualquer linguagem documentária pressupõe a existência de um sistema nocional devidamente estruturado da área de conhecimento que será objeto de indexação (CINTRA et al., 2002).

Como linguagem documentária, o tesouro tem como uma das principais características a ligação entre os termos segundo indicações estabelecidas por seu próprio significado, de modo que uns termos conduzam a outros (CURRÁS, 2005).

⁵ International Organization for Standardization. ISO 1087: Terminology work – Vocabulary. 01-Oct-2000 / 42 pages.

De acordo com Van der Laan (2002), as relações que se estabelecem em um tesouro são:

a) Relações conceituais: estabelecidas entre os *conceitos* representados pelos termos no tesouro, sendo subdivididas em relações hierárquicas e associativas.

– Relações hierárquicas: baseiam-se no grau de semelhança entre os indivíduos, estabelecendo-se uma relação de subordinação e superordenação. Nelas há um termo superior, geral ou genérico (representado nos tesouros pela sigla TG) e termos de menor conteúdo e significado, os chamados termos subordinados ou específicos (nos tesouros, TE). Ex.: ave (TG) – coruja (TE).

– Relações associativas: são relações por coordenação, podendo ser também por encadeamento, causa e efeito ou sequenciais. Essas relações se dão em nível horizontal com os termos relacionados entre si semanticamente. Nos tesouros, geralmente são representadas pelas siglas TA (termo associado) ou TR (termo relacionado) e representam associações mentais por coordenação. Ex.: inseto – inseticida (TA).

b) Relações de equivalência: estabelecidas entre os *termos* que representam os conceitos em um tesouro, em que pode haver um termo preferido e outro(s) não preferido(s), que seria(m) seu(s) sinônimo(s) ou quase sinônimo(s). Essas relações informam que somente um termo pode ser utilizado como descritor autorizado, indicando preferência de grafia, de uso de siglas ou acrônimos, do nível de linguagem (científica ou popular), além de relacionar os termos semanticamente (VAN DER LAAN, 2002). Nos tesouros, geralmente são representadas pela sigla USE e UP (usado por). Ex.: cachorro – USE cão. A terminologia vem contribuir significativamente no estabelecimento desse tipo de relação, na medida em que introduz os conceitos de polissemia, homonímia, sinonímia, entre outros, fundamentais para o desenvolvimento dos tesouros.

5 TERMINOLOGIA E LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

De acordo com Pavel et al. (2008), o significado mais comum de terminologia seria “conjunto dos termos especializados próprios de uma ciência, de uma técnica, de um autor ou de um grupo social determinado, como, por exemplo, a terminologia da medicina ou a terminologia da informática”.

Porém, de acordo com Cabré (1999), além desse caráter de produto, a terminologia possui outras duas faces: aquela que nos remete à noção de disciplina e também outra, voltada para a prática.

Como área de conhecimento, a terminologia pode ser definida como a “disciplina linguística que estuda os conceitos e os termos usados em linguagem de especialidade” (PAVEL et al., 2008). Já como prática, Cabré (2005) define a terminologia como o conjunto de princípios que visam à compilação de termos.

Pavel et al. (2008) afirmam que a terminologia é parte da linguística aplicada, um ramo da linguística que abarca a tradução especializada, a redação técnica e o ensino de línguas. Os autores acrescentam que a prática terminológica é uma atividade altamente estruturada e que visa a sistematizar as informações a respeito da significação e do uso dos termos de áreas de especialidade e a torná-los disponíveis em diversos suportes, tais como vocabulários, léxicos e normas terminológicas.

Smit, Tálamo e Kobashi (2001, p. 5) acrescentam que “a terminologia surge da necessidade de denominar os sistemas de conceitos das diferentes disciplinas, com o objetivo de permitir uma comunicação eficiente entre especialistas”. Para as autoras, o conhecimento e a compreensão de uma dada área estão ligados ao domínio da linguagem dessa área, sendo que o núcleo específico de uma linguagem de especialidade é o seu vocabulário – que, normalizado e organizado semântica e logicamente, constitui a Terminologia da área. Na falta de um assentamento conceitual ou então quando houver ambivalências semânticas, tem-se um impasse ou retardamento teórico, que compromete a área como um todo. Por essas considerações pode-se perceber a importância da terminologia atuando em todas as áreas do conhecimento. Currás (1995, p. 21) enfatiza essa ideia:

A importância da terminologia manifesta-se no uso correto dos vocábulos, em sua formação apropriada e em sua conservação, protegendo-os da obsolescência. Manifesta-se ainda, na uniformidade da linguagem, na normalização dos vocabulários especializados, na busca de equivalências apropriadas a serem empregadas nas traduções. Com efeito, sem uma terminologia consciente e apropriada talvez não possamos acompanhar o carro do progresso [...].

Dessas informações pode-se concluir que a terminologia objetiva resolver uma série de problemas que podem surgir entre os falantes de um idioma. Van der Laan (2002) enumera cinco desses problemas e os explica um a um. Porém, para fins de simplificação, vamos reduzir a três casos:

a) polissemia, que ocorre quando um termo é utilizado para designar dois ou mais conceitos, não necessariamente pertencendo ao mesmo sistema de conceitos e conservando um traço semântico em

comum. Isso pode gerar ambiguidades, que nos tesouros são eliminadas pelo uso de qualificadores, utilizados entre parênteses. Ex.: ponte (engenharia); ponte (odontologia).

Traço semântico em comum: ambos os termos remetem à ideia de ligação entre dois pontos afastados.

b) homonímia: quando um mesmo termo designa conceitos diferentes em domínios distintos do conhecimento e sem haver nenhuma relação semântica. O uso de qualificadores também resolve esse tipo de problema em um tesouro. Ex.: planta (biologia); planta (arquitetura).

c) sinonímia: ocorre quando dois ou mais termos do mesmo idioma representam o mesmo conceito. Nos tesouros, a solução desse problema se dá através de um controle terminológico expresso pelas relações de equivalência, em que se elege um termo como autorizado (descriptor) e os demais termos (os não autorizados) remetem ao termo principal, formando uma rede de remissivas. Exemplo: cão – ver cachorro.

Através destas colocações, pode-se traçar um paralelo entre a Terminologia e as bases que orientam a construção das linguagens documentárias alfabéticas. Currás (1995, p. 44) enfatiza essa relação, ao discorrer sobre os tesouros e o cuidado que se deve ter na sua elaboração:

Finalmente, um tesouro é um vocabulário especificado, normalizado, no qual as palavras que o compõem adquirem a categoria de termos, com suas relações semânticas associativas, hierárquicas e de equivalência. Deve-se estudar esses termos cuidadosamente, inclusive muitas vezes, defini-los e traduzi-los. Aqui é onde entra a terminologia. Se um tesouro é uma linguagem terminológica e um sistema de classificação, qualquer outro sistema classificatório será, deste modo, uma linguagem terminológica.

Pavel et al. (2008) destacam o papel da terminologia ao afirmar que as linguagens de especialidade possuem um ideal de monossímia, em que cada termo designa um só conceito. Porém, estando submetidas a um sistema de convenções sociais que evolui, estas linguagens exibem variantes ortográficas, variantes sintáticas e sinônimos. Para os autores, compete aos terminólogos conhecer bem a semântica, a gramática e as regras de formação de palavras, a fim de saberem distinguir as variantes e melhor desempenharem suas tarefas em linguagem de especialidade. E poderíamos acrescentar que os profissionais da informação se valem dos conhecimentos da terminologia para obter apoio no trabalho de controle terminológico e em todo o processo de representação da informação:

Há um ponto em comum entre estas duas ciências: o fato de que ambas buscam facilitar a comunicação em linguagens especiais. Poderíamos,

de certa forma, afirmar que a primeira busca melhorar o fluxo de acesso às informações e a outra melhorar a compreensão e representação dessas informações (VAN DER LAAN, 2002, p. 65).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essas considerações acerca dos processos e instrumentos de representação da informação e da terminologia, percebe-se a grande interdisciplinaridade presente nesses temas. Ressalta-se a importância dessa disciplina como base no processo de representação da informação, pois somente através dos seus princípios é que se estabelecerá um eficiente elo entre a linguagem do usuário e o SRI. Isso é mais evidente na elaboração dos tesouros, em que se deve observar uma série de regras, desde a seleção do material que servirá de base a este instrumento até sua apresentação ao usuário final.

É com o auxílio da terminologia que os profissionais da informação terão o respaldo necessário para sistematizar os conhecimentos de uma dada área e construir linguagens documentárias alfabéticas de qualidade. Faz parte desse processo o conhecimento da linguagem do usuário, observada em situação discursiva, sua tradução para a linguagem a ser utilizada no SRI e a busca da conexão entre as diferentes formas de representação dos conceitos, para que haja sucesso no processo de recuperação da informação.

Afinal, sabe-se que um bom instrumento de representação da informação em muito contribui para que um SI seja mais eficaz, embora haja outros fatores envolvidos. E esse conceito de eficácia envolve a busca de índices baixos de silêncio e de ruído na recuperação de informações, bem como altos índices de relevância e pertinência. Uma ferramenta que busque esses objetivos colabora, conseqüentemente, para que o usuário encontre o que procura e para que o SI tenha sucesso em seus propósitos e tenda a se perpetuar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992.

BAPTISTA, Dulce Maria. O impacto dos metadados na representação descritiva. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 12, n. 2, p. 177-190, jul.-dez. 2007.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: representación y comunicación*.

Elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA; Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos del futuro. *Debate Terminológico*, RITERM (Red Iberoamericana de Terminología), n. 1, v. 1, 2005. Disponível em: <http://www.riterm.net/revista/n_1/index.htm>. Acesso em: 12 set. 2009.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: EdUFF, 2001.

CINTRA, Ana Maria et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Pólis, 2002.

CURRÁS, Emília. *Tesouros, linguagens terminológicas*. Brasília: IBICT, 1995.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília: IBICT, 1994.

JESUS, Jerocir Botelho Marques de. *Tesouro: um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação*. Recife, 2002. Disponível em: <http://66.102.1.104/scholar?q=cache:7ON4FZ_rUI>. Acesso em: 31 ago. 2009.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 8, n. 6, dez. 2007.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set.-dez. 2004.

PAVEL, Silvia et al. *Curso interativo de terminologia*. Disponível em: <http://www.btb.termiuplus.gc.ca/didacticiel_tutorial/portugues/lecon1/page1_2_2_p.html>. Acesso em: 07 set. 2009.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; KOBASHI, Nair Yumiko. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 2, abr. 2001.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Recuperação de informações em bases de dados: usos de tesouro. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 73-81, jan.-abr. 2003.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, maio-ago. 2004.

VAN DER LAAN, Regina Helena. *Tesouro e terminologia: uma inter-relação lógica*. Porto Alegre, 2002. Tese [Doutorado em Letras] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de envio: 02/06/2011

Data de aceite: 10/10/2011